



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO**

1. IDENTIFICAÇÃO DA ATIVIDADE CURRICULAR

Curso: **Direito**

Atividade Curricular/Disciplina: **DIREITO AMBIENTAL**

Carga horária total: 68H

Período Letivo:

Professor/Turmas:

2. OBJETIVOS

Objetivos Gerais

- ❖ Discutir criticamente os principais aspectos do Direito Ambiental e das práticas sociais, políticas e institucionais.
- ❖ Demonstrar a relevância do Direito Ambiental na sociedade contemporânea em particular para a proteção da sócio-biodiversidade Amazônica.

Objetivos Específicos

- ❖ Desenvolver no corpo discente o espírito crítico e reflexivo sobre os temas ambientais da realidade amazônica.
- ❖ Instigar a(o) discente a desenvolver uma atitude comprometida na defesa de um meio ambiente sadio e socialmente justo, tornando um agente multiplicador dos conhecimentos auferidos.
- ❖ Fomentar na(o) discente a capacidade de análise jurídica das questões socioambientais, tendo em vista os conhecimentos teóricos e práticos obtidos na disciplina.

3. COMPETÊNCIAS/HABILIDADES (Res. CNE/CES Nº 5/2018, art. 4º)

1. Interpretar e aplicar as normas do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;
2. Compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;
3. Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;
4. Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;
5. Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;
6. Atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
7. Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;
8. Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;
9. Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos.

4. EMENTA

- ❖ Introdução. Fundamentos históricos, econômicos e filosóficos. Proteção internacional. Principais problemas ambientais da Amazônia. Aspectos constitucionais. Política Nacional de Meio Ambiente. Responsabilidade ambiental.

5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I	Introdução a questão ambiental
UNIDADE II	Introdução ao Direito Ambiental: princípios e conceitos.
UNIDADE III	Amazônia e a importância de sua proteção: o desenvolvimento sustentável e a tutela jurídica da biodiversidade.
UNIDADE IV	Meio Ambiente na Constituição Federal e na Constituição do Estado do Pará. 4.1. Meio Ambiente como direito fundamental 4.2. Repartição de Competências federativas em matéria ambiental 4.3. A Ordem econômica na Constituição Federal 4.4. Principais aspectos do Meio Ambiente na Constituição do Estado do Pará.
UNIDADE V	Política, Instrumentos e Sistema Nacional do Meio Ambiente. 5.1. A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA): objetivos, princípios, SISNAMA e principais instrumentos. 5.2. Licenciamento ambiental e estudos de impacto ambiental
UNIDADE VI	Responsabilidade decorrente de dano ambiental 6.1. Responsabilidade Administrativa 6.2. Responsabilidade Civil 6.3. Responsabilidade Penal.
UNIDADE VII	Temas atuais de Direito Ambiental

6. RECURSOS DIDÁTICOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS

- ❖ Textos previamente selecionados, computador e Datashow.

7. METODOLOGIA

- ❖ Para que sejam alcançados os objetivos enunciados propomos a execução das seguintes ações didáticas:

Conteúdo	Ações Didáticas	Competências e Habilidades
Unidade I	Aula expositiva e debates	1. Interpretar e aplicar as normas do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas; 2. Compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica; 3. Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;
Unidade II	Aula expositiva e debates	1. Interpretar e aplicar as normas do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas; 2. Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito; 3. Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;

		4. Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;
Unidade III	Aula expositiva e debates	<ol style="list-style-type: none"> 1. Interpretar e aplicar as normas do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas; 2. Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito; 3. Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito; 4. Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;
Unidade IV	Aula expositiva e debates	<ol style="list-style-type: none"> 1. Interpretar e aplicar as normas do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas; 2. Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito; 3. Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito; 4. Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;
Unidade V	Aula expositiva, debates e seminários	<ol style="list-style-type: none"> 1. Atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos 2. Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos; 3. Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural; 4. Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos.
Unidade VI	Aula expositiva e debates	<ol style="list-style-type: none"> 1. Interpretar e aplicar as normas do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas; 2. Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito; 3. Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito; 4. Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;
Unidade VII	Aula expositiva e debates	<ol style="list-style-type: none"> 1. Interpretar e aplicar as normas do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, articulando o

		<p>conhecimento teórico com a resolução de problemas;</p> <p>2. Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;</p> <p>3. Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;</p> <p>4. Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;</p>
--	--	--

8. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

- ❖ Conforme Regimento Geral da UFPA, arts. 178 a 180, são atribuíveis os seguintes conceitos
- ❖ os, equivalentes às notas:
EXC – Excelente (9,0 - 10,0)
BOM – Bom (7,0 - 8,9)
REG – Regular (5,0 - 6,9)
INS – Insuficiente (0 - 4,9)
- ❖ Sendo considerado aprovado o discente que obtiver o conceito REG, BOM ou EXC e pelo menos setenta e cinco por cento (75%) de frequência nas atividades programadas.
- ❖ Complementa o Regulamento do Ensino de Graduação 2013 no art. 96 que o conceito final será resultante do conjunto de procedimentos de avaliação, enunciados no presente plano.
- ❖ Para fins de atribuição de conceitos, os discentes serão avaliados em, pelo menos, dois momentos:

1ª Avaliação	Crítérios	Nota
Prova escrita com questões dissertativas e de múltipla escolha	A prova será aplicada de forma individual e de livre consulta ao material impresso.	10
2ª Avaliação	Crítérios	Nota
Prova escrita com questões dissertativas e de múltipla escolha	A prova será aplicada de forma individual, com consulta exclusivamente da legislação	6
Seminários	Os alunos devem apresentarem grupos seminários sobre temas previamente determinados	4

9. REFERÊNCIAS BÁSICAS

- LEITE, José Rubens Morato (Coord.). **Manual de Direito Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2015.
- MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2015.
- SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2018.

10. REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- ATHIAS, Alex; SCAFF, Fernando (Org.). **Direito Tributário e Econômico Aplicado ao Meio Ambiente e à Mineração**. São Paulo: Quartier Latin, 2009.
- BENATTI, José Heder. O Meio Ambiente e os Bens Ambientais. In: RIOS, Aurelio Virgílio Veiga; HUGUENEY, Carlos Teodoro (Org.). **O Direito e o Desenvolvimento Sustentável (Curso de Direito Ambiental)**. São Paulo: Piroópolis: IEB, pp. 205 a 243, 2005.
- DERANI, Cristiane. **Direito Ambiental econômico**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- PADILHA, Sueli. **Fundamentos Constitucionais do Direito Ambiental**. São Paulo: Campus, 2010.
- STEIGLEDER, Annelise Monteiro. **Responsabilidade Civil Ambiental**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017.